



GREVE ULTRAPASSA OS CEM DIAS E TJ AINDA INSISTE EM PROPOSTAS VAZIAS

A greve dos servidores do Judiciário paulista bateu um recorde, inesperado, mas infelizmente real: Mais de cem dias de paralisação, (122 dias até o momento do fechamento dessa edição) que bateram os 91 dias do movimento de 2004. E não é apenas pelo tempo que a greve de 2010 está se tornando o maior movimento de toda a história da luta salarial no TJ-SP: as negociações tornam-se cada vez mais difíceis, exigindo um esforço de resistência exaustivo por parte dos trabalhadores.

No dia 11 de agosto, a Comissão de Negociação dos servidores conseguiu, finalmente, provar para o próprio Tribunal que os cálculos feitos pela Comissão de Orçamento do TJ-SP para garantir uma reposição salarial dos servidores de 4,77% estavam errados. O TJ alegou, inclusive em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa que necessitava de uma suplementação orçamentária por parte do governo de 156 milhões para garantir a reposição de agosto a dezembro de 2010 (ou seja, sem o retroativo a março). No entanto, durante reunião de negociação realizada no dia 11 de agosto no Palácio da Justiça, a Comissão das entidades mostrou aos desembargadores William Campos e Samuel Alves de Melo Junior que o cálculo estava super dimensionado e que, na realidade, o TJ necessita de R\$ 67 milhões, um montante que poderia ser adiantado do duodécimo, já garantindo a imediata reposição salarial.

Depois de oito horas de negociação e de uma reunião interna da cúpula do TJ – a assembleia geral dos servidores foi suspensa – os desembargadores voltaram com a notícia de que o Tribunal reconhecia que seus cálculos estavam equivocados e que os números apresentados pelas entidades estavam corretos, mas que a Instituição, ainda assim, tomara a decisão de insistir em uma audiência com o governador do Estado, Alberto

Goldman, para solicitação de verba suplementar. Também não aceitou parar os descontos salariais dos grevistas e devolver imediatamente o montante já descontado enquanto o movimento não terminar.

O Tribunal teve a chance de negociar o fim da paralisação e, finalmente garantir um índice de reposição – embora muito aquém dos 20,16% que é devido aos servidores – mas não quis fazê-lo. De acordo com os desembargadores, a alegação para tal decisão é a de que adiantar os 67 milhões do duodécimo acarretaria em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, embora, também conforme afirmação do desembargador Campos, o Tribunal já tenha um déficit de cerca de 200 milhões.

Diante dos fatos, o movimento não teve como tomar outra decisão que não a continuidade da greve e continuar com o movimento de forte resistência, que já incluiu nesta triste história, fome, descontos ilegais nos salários, truculência e violência por parte da Polícia Militar e uma desgastante viagem de ônibus até Brasília.

A mobilização e os dilemas a serem enfrentados por todos nós

**Elisabete Borgianni –
presidente da AASPTJ-SP**

Todos sabemos das dificuldades em manter uma paralisação por período tão longo e com baixa adesão. Aliás, foi essa baixa adesão agora que certamente fez com que essa greve se tornasse a mais longa da história do Judiciário paulista. É voz corrente que se tivesse havido adesão massiva as questões já estariam resolvidas.

Mas refletamos: a baixa adesão tem a ver com uma conjuntura de desmonte da capacidade de mobilização dos trabalhadores e da tendência de se fazer de cada um de nós apenas mais um alienado consumidor no mercado. A tendência de nos inculir a ideia de que as lutas

coletivas não têm mais lugar e que cada um será capaz de resolver suas situações de vida, desde que “tenha boa vontade e perseverança”.

Confirmam-se as projeções dos grandes analistas que sempre foram aliados dos trabalhadores: está em curso não só uma reforma material do Estado e das relações sociais, como uma reforma “moral”, na qual cada trabalhador não pode e não deve mais se ver como portador da possibilidade de transformações reais na sociedade.

É preocupante constatar que mesmo os assistentes sociais e psicólogos, que poderiam ter essa consciência em virtude do acesso a análises e estudos que tiveram em seus cursos de graduação, especialização etc., muitos deles também estão sucumbindo à força dos processos de alienação.

Digo isso porque, desde o início do movimento grevista foram poucos os colegas que aderiram e que apresentaram essa consciência e a capacidade de luta. Teremos que lidar seriamente com esse fato no decorrer do período que se abrirá no pós-greve.

Façamos essas reflexões com a serenidade e o respeito mútuo possível e com os olhos voltados para as lutas e necessárias conquistas futuras.

Mas uma coisa é certa: sem mobilização e resistência não obteremos nenhuma vitória sobre essa tendência concreta de desmonte de nossa capacidade de trabalho e de nossa sobrevivência enquanto classe, que só tem sua força de trabalho para oferecer no mercado e ao Estado.

Nenhum direito será conquistado se cada um de nós ficarmos apenas agarrado à sua mesa de trabalho, sendo explorado e vilipendiado cotidianamente em suas prerrogativas profissionais e em seus direitos de pessoa humana.

Ainda é tempo de nos mobilizarmos. Aliás, sempre será tempo!

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ocorrido neste ano em Brasília teve como tema “Lutas Sociais e o Exercício Profissional no Contexto da Crise do Capital: mediações e a consolidação do projeto Ético Político Profissional”. O evento contou com palestras, conferências, mesas redondas e sessões temáticas, e a riqueza dos debates mostrou o quanto os assistentes sociais têm investido em reflexões e na pesquisa sobre o cotidiano da prática com a preocupação de dar visibilidade às dificuldades, conquistas, inovações, criatividade e, sobretudo, de articular com criticidade seu fazer ocupacional ao projeto ético político profissional.

O congresso possibilitou espaços para a discussão de temas presentes no cenário da profissão como, por exemplo, a plenária sobre “Demandas Contemporâneas e Polêmicas no Trabalho Profissional”, na qual foram debatidos divergentes posicionamentos sobre as práticas terapêuticas, bem como aspectos que permeiam a metodologia Depoimento sem Dano. Sobre este tema, ponderou-se a necessidade de ampliar e dar continuidade ao debate no contexto da garantia de direitos, não focando na penalização do abusador nem tampouco responsabilizando a criança/adolescente por acusar aquele que a agrediu, função esta de responsabilidade da polícia.

Outro tema fundamental foi “A organização Político-sindical da Classe Trabalhadora e Serviço Social”, que possibilitou à AASPTJ-SP refletir criticamente sobre a organização da categoria, dada a precariedade das condições de trabalho do assistente social e do psicólogo no TJ-SP e o atual movimento grevista. Nesta plenária, foi elaborada uma moção de apoio ao movimento dos trabalhadores do Judiciário paulista, a qual foi assinada por diversos participantes do congresso.

No conjunto do evento as reflexões passaram por:

- Crise estrutural profunda e duradoura do capitalismo, mundializado pelo capital financeiro. A saída passa pela recomposição do trabalho, perspectiva que exige a construção de estratégias que possam unir a luta

dos trabalhadores à dos movimentos sociais;

- Face perversa do capitalismo que flexibiliza e fragmenta os direitos dos trabalhadores e cultiva valores individualistas;
- O Estado, neste contexto, passa a ser um garantidor das condições necessárias à reprodução do capital e vive profundo processo de desmonte de sua capacidade de induzir políticas sociais;
- Apropriação privada do fundo público (mediante retirada de recursos das políticas sociais para pagar a dívida com instituições financeiras);
- Os indivíduos passam a ver os problemas como se fossem seus e não na perspectiva da luta coletiva. Cada trabalhador passa a se ver isoladamente e a se pautar no mote “tenho que vencer na vida”;
- O pacto que é proposto é o do “os trabalhadores querem bens, serviços etc.? Então ajudem o capital a se desenvolver”;
- As próprias entidades representativas dos trabalhadores se distanciam e consolidam interesses próprios;
- Ampliação do aparato de contenção (que pode ser observado pela ampliação da população carcerária em condições degradantes);
- Dissociação entre pobreza e trabalho;
- Necessidade de combate à barbárie para que não se aprofunde ainda mais;
- Categoria metodológica da mediação se torna estratégica para o Serviço Social no momento atual;
- Chamamento à continuidade da luta em prol das condições de trabalho;
- Continuidade da luta pelo piso salarial;
- Importância da alteração do quadro de sindicalização de assistentes sociais (para superação da baixa adesão) com Organização mais geral por ramos e direção classista, autônoma e de luta;
- No âmbito da formação profissional, lutar pela não continuidade dos cursos de graduação à distância.

Segundo a professora Marilda Iamamoto, apesar da distância cada vez maior entre ricos e pobres, os programas sociais focalizados na pobreza

extrema permitiram uma redução no índice desta, mas aumentou a concentração de riquezas. Em resposta a essa longa crise que se vivencia hoje, a economia tem tido efeito avassalador na precarização do trabalho. Isso tem dificultado a organização dos trabalhadores, porém, contraditoriamente, a crise exige uma maior organização deste setor. Para Marilda, o assistente social precisa compreender essa realidade para que proposições sejam feitas. O projeto profissional do Serviço Social lhe oferece a possibilidade de projetar com liberdade suas intervenções, o que o diferencia de várias outras categorias profissionais. Ela pondera que os assistentes sociais sofrem a precarização do trabalho (desemprego, trabalhos temporários etc.), mas que é preciso decifrar os espaços ocupacionais do Serviço Social para resignificá-los. Nesses espaços, se dão as competências do profissional, a visibilidade do que ocorre na cena pública e a garantia do acesso aos direitos sociais. Ela acentua três tendências atuais:

- responsabilização da família pelo nível de pobreza (individualização)
 - os assistentes sociais muitas vezes são chamados a afirmar isso, ao lidarem com critérios de condicionalidade para acesso e permanência nas políticas públicas, sobretudo aquelas que se referem à transferência de renda;
- moralização da questão social – escamoteia a realidade e subjetiva as necessidades (voluntarismo);
- assistencialização;

A busca do aperfeiçoamento contribui para uma nova imagem da profissão, relacionando-a à preservação e garantia dos direitos. Muitas são as experiências inovadoras de trabalho no Brasil, no entanto, há uma massificação na formação universitária (dado o aumento acelerado de cursos, especialmente à distância, contribuindo para a criação de um “exército assistencial de reserva”, a ser chamado ao voluntariado diante da criminalização da pobreza). Segundo Marilda, é fundamental aguçar a crítica aos fundamentos em que se baseiam as políticas públicas para preservar a autonomia profissional. Do contrário, corre-se o risco de se

desgastar o vínculo com os movimentos sociais e tudo se transformar em um vazio.

Sessões temáticas

Durante o XIII CBAS as Sessões Temáticas constituíram um espaço de divulgação da produção científica do Serviço Social brasileiro, mediante exposições orais e em pôsteres por profissionais e estudantes.

Além de socializar essa produção, as Sessões Temáticas também possibilitaram o debate de várias questões, colaborando assim para a elaboração de diversas propostas no âmbito das políticas sociais, as quais irão compor uma agenda a ser articulada e encaminhada pelo CFESS.

Os eixos temáticos “Infância, Adolescência, Juventude e Velhice” e “Famílias e Relações Sociais” abordaram diversas questões que permeiam o cotidiano do trabalho dos assistentes sociais e psicólogos que atuam no Judiciário, tais como:

- impacto sofrido pela juventude sobre brasileira a partir da intensificação da questão social e da criminalização da pobreza;
- trabalho infanto-juvenil como uma das sequelas dessa questão social;
- direito à convivência familiar e comunitária (discutindo-se não apenas a medida de adoção, mas também o acesso das famílias biológicas a políticas públicas que permitam que cuidem de seus filhos, questionando-se que antes de “abandonarem” seus filhos, como costuma constar nos autos processuais de destituição familiar, geralmente foram abandonadas pelo Estado);
- relação entre adoção e pobreza;
- abrigo como espaço de expressões da questão social;
- alienação parental como um tema desafiador para o profissional que atua no Judiciário, pois há o risco deste Poder reforçá-la, aumentando assim os prejuízos à criança/ao adolescente envolvido;
- “feminização” da assistência social, considerando o aumento das famílias chefiadas por mulheres e as políticas públicas vigentes neste campo;
- as novas configurações da exploração sexual infanto-juvenil (existência de estrutura organizada que “atrai” crianças e adolescentes e impõe desafios aos serviços de proteção);
- proteção à criança e adolescente vítimas violência sexual: o acolhimento institucional x afastamento do agressor.

O desenvolvimento destas discussões permitiu identificar que no Brasil as políticas sociais permanecem embasadas numa lógica minimalista e compensatória, fazendo com que o termo “proteção social” não se faça real e os direitos sociais da classe trabalhadora sejam a todo o momento aviltados pelos interesses do capital, o qual adquire novas facetas a partir da sua financeirização. Essa nova configuração do capital permite ainda relacionar consumismo e violência, pois se de um lado a ausência e/ou precariedade de políticas públicas amplia a possibilidade de cooptação de crianças e jovens pelo tráfico organizado, sabe-se também que o desejo daquela população pelo acesso a bens de consumo de última geração – através dos quais as esferas produtivas geram as “necessidades artificiais” – é um elemento sedutor e catalisador nesse processo de cooptação.

O cenário atual aponta para a intensificação das demandas postas para assistentes sociais e psicólogos do Tribunal de Justiça, pois embora sobre grande parcela da população brasileira pare a sensação de ‘tempos melhores’, a redução dos níveis de pobreza extrema e o crescimento econômico do País não significa que a riqueza produzida esteja caminhando para uma distribuição menos injusta. Pelo contrário, a distância entre ricos e pobres se intensifica, ocasionando o aumento de casos envolvendo violação de direitos, trazidos à Vara da Infância e Juventude. O aumento e diversificação da criminalidade rebatem no cotidiano dos profissionais mencionados que atuam nas Varas Especiais e o aumento da judicialização dos conflitos, propiciada pelo processo de individualização, se intensifica junto às Varas de Família.

Desta maneira, assistentes sociais e psicólogos judiciários, imbuídos não

apenas dos saberes adquiridos em suas formações acadêmicas, mas também comprometidos com a ética profissional, necessitam estar atentos para decifram demandas (im)postas por usuários e instituição, num contexto permeado por novas expressões da velha questão social.

AASPTJ- SP mobiliza reunião com o campo sociojurídico:

Diretoras da AASPTJ-SP presentes no CBAS realizaram reunião com aproximadamente 70 profissionais do campo sociojurídico de vários Estados do Brasil, discutindo-se a difícil realidade de trabalho vivenciada pelos profissionais nas diversas esferas desse campo, bem como a necessidade e a viabilidade ou não de se criar parâmetros profissionais. O encontro desses profissionais deu a real ideia do quanto o campo sociojurídico é diversificado e tem suas particularidades, o que torna necessário um amplo e cuidadoso debate sobre a identidade deste campo hoje, para posteriormente se definir como poderão ser organizados os parâmetros (que é uma proposta do CFESS/CRESS).

Oteve-se a informação de que foi criado um Grupo de Trabalho junto ao CFESS com a participação de alguns representantes de regiões do Brasil, para iniciar tal reflexão. A primeira reunião foi agendada para o dia 18/08. Elisabete Borgianni sugeriu que nessa reunião fossem levadas as discussões feitas por este grupo sociojurídico mobilizado no congresso, sobretudo quanto a se pensar em formas de participação da categoria nesse debate. A representante do CFESS, Bernadete M. Medeiros, sugeriu que cada CRESS promova tal discussão em suas regiões e representantes do CRESS/SP se comprometeram a organizar e chamar uma reunião para debater o campo sociojurídico, com a perspectiva de se construir parâmetros que possam dar unidade à atuação profissional.

Mônica Giacomini, conselheira fiscal.
Quesia Gama Cruz, conselheira fiscal.
Elisabete Borgianni, presidente.

SERVIÇO SOCIAL: PL 30 HORAS É SANCIONADO

Um dia para ficar na história do Serviço Social brasileiro e para a luta de trabalhadores/as de todo o país. O Presidente Lula sancionou, nesta quinta-feira, 26 de agosto de 2010, o PLC 152/2008, de autoria do deputado federal Mauro Nazif (RO), que define a jornada máxima de trabalho de assistentes sociais em 30 horas semanais sem redução de salário.

A assinatura do projeto pelo presidente aconteceu no Palácio Itamaraty, exatamente 15 dias úteis após a entrada do PLC 152/2008 na Casa Civil (06/08). A presidente do CFESS, Ivanete Boschetti, recebeu a notícia no final desta manhã, em primeira mão, pela Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Márcia Lopes, que se empenhou diretamente pela aprovação do PL 30 horas. Em seguida, recebeu também, por telefone, a informação do chefe de gabinete adjunto de Gestão e Atendimento da Presidência da República, Swendenberger Barbosa, que a sanção será publicada no Diário Oficial da União de sexta, 27/08.

Com a sanção do PLC 152/2008, o Serviço Social passa a ser mais uma categoria que conquistou legalmente a redução

da jornada de trabalho. Seis profissões da área da saúde já possuem carga horária semanal igual ou inferior a 30 horas semanais e outras sete possuem Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional para redução da jornada de trabalho.

Por isso, a aprovação da redução de jornada de trabalho reforça uma luta que é de toda a classe trabalhadora, por melhores condições de trabalho.

O Conjunto CFESS-CRESS já pensa em estratégias para a implementação da lei. “A aprovação da lei é uma vitória e abre caminho para uma nova luta, que é a de fazer valer as 30 horas para assistentes sociais sem redução de salário nas instituições empregadoras”, destacou a presidente do CFESS, Ivanete Boschetti.

A AASPTJ-SP esclarece que pela lei aprovada, quem já está contratado por regime de 40 horas semanais, não terá redução de salário. A Associação entrará em contato com o Tribunal de Justiça para obter informações de como o TJ implementará o disposto na lei.

Informações do CFESS

EVENTO CRP-SP: PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ÁREA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – 20 ANOS DO ECA

A primeira tesoureira, Esther Katayama, e a segunda tesoureira, Mônica Carteiro, representaram a AASPTJ-SP no evento comemorativo dos 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, realizado na sede do CRP-SP no dia 28 de julho.

No encontro, do qual participaram psicólogos atuantes no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, foi apresentado um vídeo

sobre a trajetória do ECA e as ações empreendidas pelo Conselho para promovê-lo. Também foi disponibilizado material produzido pelo CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, que objetiva referenciar a atuação dos psicólogos na área da infância e juventude.

Tais publicações encontram-se à disposição dos colegas na biblioteca da AASPTJ-SP. Foi destacado pelas direto-

ras a importância de se ampliar o debate em torno das questões complexas que envolvem as crianças e jovens, incluindo nessa discussão também os gestores das políticas públicas e, no caso do Judiciário, os juízes da Infância e Juventude, para que, de fato, haja sinergia na implementação efetiva do ECA e no fortalecimento do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.

Mônica Carteiro, segunda tesoureira

27 de agosto: Dia do Psicólogo

A AASPTJ-SP deseja aos colegas psicólogos que a comemoração do dia 27 de agosto os fortaleça na busca pela transformação da conjuntura adversa em que estarmos inseridos e no resgate da nossa voz como cidadãos e profissionais capazes de batalhar pela dignidade de todos nós e da sociedade.

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou um projeto de mundo, devo usar toda a possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.” (Paulo Freire)

EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni,
Vice-presidente – Maria Helena Corrêa,
1ª Secretária – Eunice Teresinha Fávero,
2º Secretário – Paulo Eduardo Bezerra,
1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama,
2ª Tesoureira – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro,

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi e Quésia Gama Cruz Suplentes:
Catarina Volic e Magda Melão

Conselho Editorial: Eunice Teresinha Fávero, Mônica Giacomini, Quésia Gama Cruz, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios
(Mtb 35.875-SP)

Diagramação: Eduardo Seiji Seki
Tiragem: 1300 exemplares

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 –
2º andar – Conj 21 – Centro – Cep 01042-001 –
São Paulo – SP – Telefone: (11) 3256-5011;
E-mail: aasptjsp@asptjsp.org.br;
Site: www.aasptjsp.org.br

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria da AASPTJ-SP.